

improrrogáveis, a contar da publicação. A ata está disponível, no endereço: http://www.infraero.gov.br/portal_licitacao/ e na Gerência Regional da Tecnologia da Informação. Informações: tel.: (51) 3358-2918.

MARLIZA MACHADO BATISTA
Gerente Regional da Tecnologia da Informação

A INFRAERO torna pública a Ata de Registro de Preços nº 057/GCSU/SRSU/2014, relativa ao PGE nº 048/ADSU/SRSU/2014, contendo os preços registrados pela empresa INTERSAMA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA - EPP, CNPJ Nº 07.276.499-0001-03, vencedora dos lotes 02, 03, 05 e 06 pelo preço global de R\$ 116.758,70. Vigência: 12 (doze) meses improrrogáveis, a contar da publicação. A ata está disponível, no endereço: http://www.infraero.gov.br/portal_licitacao/ e na Gerente Regional de Administração. Informações: tel.: (51) 3358-2005.

ROSANE CLEUSA SANTIN
Gerente Regional de Administração

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2014

A UNIÃO, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com observância das disposições do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, da Lei nº 12.593 de 18 de janeiro de 2012, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, divulga Chamamento Público para apresentação de projetos, conforme termos definidos neste instrumento. Os projetos serão recebidos pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo entre os dias 03 de julho e 22 de julho/2014.

1. OBJETO

1.1 O presente edital tem por objetivo realizar o Chamamento Público para seleção de propostas de projetos de assistência técnica e extensão rural para médios produtores rurais na região do semiárido do Nordeste do Brasil, a serem apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos para celebração de convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a partir do Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, Objetivo 1005 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) e de difusão de tecnologias para produtores rurais, Linha de Ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário, Plano Orçamentário 000H.

1.2 Objetivos Específicos:

Propiciar assistência técnica e extensão rural aos médios produtores da região do semiárido dos Estados da Bahia, Sergipe e Piauí;

a) Capacitar médios produtores rurais em tecnologias de produção apropriadas para região do semiárido;
b) Criar condições para adoção de tecnologias apropriadas que possam melhorar a produtividade e a renda dos produtores rurais.

2. JUSTIFICATIVA

A região Nordeste do Brasil, especificamente no semiárido, caracteriza-se por baixa pluviosidade anual. No ano de 2013, a região enfrentou o que está sendo considerada a pior seca dos últimos cinquenta anos, visto que nos anos de 2011 e 2012 as chuvas já estavam abaixo da média histórica.

Diante da situação, o Governo Federal, em parceria com os Governos Estaduais, desenvolveu ações de caráter emergencial: programa garantia safra, bolsa estiação, contratação de carros-pipa para levar água aos locais de escassez, disponibilização de milho a preços subsidiados e o programa Bolsa Família.

O Governo Federal decidiu também atuar em ações estruturantes para o setor rural, as quais estão contidas no Plano Safra do Semiárido, lançado em julho de 2013. O Plano trouxe redução de juros para agricultores familiares e para os médios produtores rurais, ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, ampliação da capacidade do sistema de armazenagem pública no Nordeste e a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) para agricultores familiares e médios produtores.

Nesse sentido, o MAPA pretende, com o tema objeto deste chamamento selecionar projetos de assistência técnica e extensão rural que venham a apoiar os médios produtores rurais da região do semiárido, tratando de tecnologias de produção agropecuária que sejam apropriadas às condições edafoclimáticas da região.

3. ELEGIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

3.1-Instituição Conveniente. São elegíveis para fins de convênio as instituições privadas sem fins lucrativos.

3.2-As instituições que participam do presente Edital deverão atender aos seguintes critérios de elegibilidade:

a) possuir experiência prévia e capacidade institucional, efetivamente comprovada nos últimos 3 (três) anos, no desenvolvimento de capacitação de produtores rurais ou em projetos de assistência técnica e extensão rural;

b) ter entre seus objetivos estatutários ou regimentais a realização de atividades de assistência técnica para produtores rurais; e

c) possuir no mínimo 3 (três) anos de existência legal.

3.3- Condições de participação. As instituições proponentes devem atender aos seguintes requisitos:

a) ter prévio cadastro no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, no endereço eletrônico (www.convencios.gov.br); (art. 4º do Dec. nº 6.170, de 2007);

b) cadastrar previamente no SICONV comprovante(s) do exercício, nos últimos 3 (três) anos de atividades referentes à matéria objeto da parceria prevista no presente Edital, na forma prevista nos parágrafos 6º, 7º e 8º do Art. 8º, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011;

c) fornecer declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, inclusive no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitida no exercício de 2014 por 03 (três) autoridades locais sob as penas da lei, bem como comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria;

d) não será permitida a participação de entidade privada sem fins lucrativos que tenha como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau; (art. 10º, inciso II, da Port. 507, de 2011)

e) é vedada a participação de órgão ou entidade, de direito público ou privado, que esteja em mora, inadimplente com outros convênios celebrados com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal ou irregular em qualquer das exigências desta Portaria; (art. 10, inciso IV, Portaria Interministerial 507, de 2011)

f) é vedada a participação de entidades privadas sem fins lucrativos que tenham, em suas relações anteriores com a União, incorrido em pelo menos uma das condutas previstas no inciso IX do Art. 10, da Portaria Interministerial 507, de 2011;

g) não é consentida a participação de entidade privada cujo objeto social não se relacione às características do programa ou que não disponha de condições técnicas para executar o convênio; (art. 10, inciso VII, Portaria Interministerial 507, de 2011).

4. CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA

4.1-Da abrangência das propostas. A abrangência desta chamada pública é para os Estados da Bahia, Sergipe e Piauí, para os municípios constantes do anexo I, que foram agrupados em lotes e regiões segundo critério de proximidade e número de médios produtores rurais. Neste Edital de Chamada Pública, será aprovada apenas 01 (uma) proposta para cada lote.

4.2-A proposta a ser aprovada será aquela que obtiver a maior pontuação segundo os critérios constantes dos itens 9.2 e 9.3.

4.3-Do Público beneficiário das propostas.

O público beneficiário contemplado será constituído por 3.669 médios produtores rurais (incluindo proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros), conforme Anexo I.

Para caracterização de médio produtor rural foi utilizado o critério de enquadramento no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp:

I-produtores com, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua renda bruta anual originária da atividade agropecuária ou extrativista vegetal; e

II-possuem renda bruta anual de até R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), considerando neste limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele e 100% das demais rendas não agropecuárias.

4.4 - Dos aspectos metodológicos das propostas.

O projeto de Ater a ser apresentado deverá observar as diretrizes previstas abaixo (subitem 4.4.a) e os métodos e atividades relacionados no subitem 4.4.b. Poderão ser propostas outras atividades, que a entidade proponente considerar importante para a prestação de serviço qualificado de Ater.

a) As ações de Ater deverão observar as seguintes diretrizes:

a.1Assessorar os produtores rurais na estruturação produtiva da unidade de produção, especialmente nas estratégias para reserva de alimentos adequados para animais, considerando os períodos de estiação da região;

a.2Assessorar os produtores rurais na adequação dos rebanhos caprinos, ovinos e bovinos, principalmente no que se refere ao dimensionamento do rebanho compatível com a produção e disponibilidade de alimentos, à taxa de lotação adequada e capacidade de suporte das pastagens, material genético adaptado às condições do semiárido e a realidade do produtor rural;

a.3Assessorar os produtores rurais quanto à escrituração zootécnica, para um eficiente melhoramento genético, uso das tecnologias da reprodução e seleção técnica do rebanho;

a.4Assessorar os produtores rurais em estratégias para aumento da disponibilidade de água para produção (captação, armazenamento, conservação e utilização);

a.5Disponibilizar tecnologias para produção e armazenamento de alimento para animais, considerando a interação com o conhecimento local e a adaptação às condições regionais e locais;

a.6Disponibilizar tecnologias para captação, armazenamento, conservação e utilização racional de água para produção, irrigação e dessedentação de animais;

a.7Capacitar produtores rurais em estratégias de manejo racional do rebanho com ênfase na escrituração zootécnica, alimentação, genética, sanidade, ambiência e bem-estar animal;

a.8Capacitar produtores rurais em estratégias de produção e de conservação de alimentação adequada para animais;

a.9Capacitar produtores rurais em estratégias para aumento da disponibilidade de água para produção incluindo manejo de irrigação (quando couber).

a)Atividades:

a.1Mobilização e sensibilização dos produtores rurais - Atividade realizada por meio de reunião (ou outra atividade coletiva) com objetivo de apresentar o projeto de Ater aos possíveis beneficiários, representantes do setor produtivo (cooperativas, associações, sindicatos), poder público municipal, instituições governamentais e instituições que operam crédito rural;

a.2Seleção dos beneficiários - Poderá ser feita durante as atividades de mobilização ou, quando necessário, poderá ser feita por meio de visita a unidade de produção;

a.3Diagnóstico da unidade de produção (UP) - Atividade realizada com visita técnica à unidade de produção. Devem ser levantadas, com o produtor rural, sua família e com os trabalhadores, as informações necessárias para caracterizar a unidade de produção, que servirão de subsídio para o planejamento da unidade de produção e para avaliação do seu desenvolvimento ao final do projeto de Ater. Para o diagnóstico, deverá ser utilizada a metodologia do Indicador de Sustentabilidade de Agroecossistemas (ISA) da Epamig/Emater-MG. Porém, poderá ser utilizada outra metodologia para esse diagnóstico, desde que possua indicadores sociais, de produtividade, econômicos e ambientais;

a.4Planejamento da unidade de produção - Deve ser elaborado com a participação do produtor rural. O planejamento deverá prever as adequações e as responsabilidades necessárias para o aprimoramento dos sistemas de produção, contendo cronograma de implantação e custos associados;

a.5Visita técnica - Atividade realizada na unidade de produção, para acompanhamento da implantação do planejamento da UP, orientação técnica e gerencial ao produtor rural;

a.6Atividades coletivas - Deverão estar previstas no projeto de Ater e abordar temas relacionados às diretrizes previstas no subitem 4.4.a. Considera-se como atividade coletiva: reunião para mobilização, reunião técnica, curso, dia de campo, excursão e outras previstas no projeto de Ater;

a.7Orientação e elaboração de projetos de crédito rural - Durante as atividades de Ater, o produtor rural deverá ser informado sobre as linhas de financiamento previstas no Plano Agrícola e Pecuário, que são mais adequadas a sua realidade. No caso de decisão do produtor pela tomada de crédito e verificada a viabilidade pelo serviço de Ater, deverá ser elaborado projeto de crédito rural. O projeto de Ater deverá prever a possibilidade de elaboração de projetos de crédito, porém sem a indicação de meta (quantificação) para esta atividade;

a.8Orientação e elaboração do Cadastro Ambiental Rural - Atividade individual em que deve ser prestada orientação aos produtores assistidos no projeto de Ater sobre o Código Florestal, devendo auxiliá-los quando da elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR), de acordo com o disposto na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e no Decreto nº 8.235, de 5 de maio de 2014.

a.9Avaliação do desenvolvimento da unidade de produção - Atividade individual que deverá ser realizada no décimo e vigésimo meses após a realização do diagnóstico da unidade de produção. Avaliar em conjunto com o produtor rural a situação das atividades produtivas, tendo como parâmetros o diagnóstico e o planejamento da UD, utilizando os indicadores constante da metodologia ISA ou de outra metodologia equivalente adotada pela entidade proponente.

As atividades 4.4.b.2, 4.4.b.3, 4.4.b.4, 4.4.b.5, 4.4.b.8 e 4.4.9 acima descritas deverão estar obrigatoriamente contempladas nas propostas a serem apresentadas.

a)Prazo de execução: 24 meses.

b)Qualificação da equipe técnica:

a.1)A entidade proponente deverá apresentar para execução do projeto de Ater, equipes formadas por técnicos de nível médio e superior com formação nas áreas de ciências agrárias.

a.2)Para cada Estado (lote, conforme anexo I) deverá ser apresentado um Coordenador Estadual, que deve ser profissional com formação em Agronomia, Medicina Veterinária ou Zootecnia, com experiência comprovada de no mínimo 5 (cinco) anos na execução de atividades de assistência técnica e extensão rural.

a.3)Para cada Estado (lote, conforme anexo I), deverá haver na composição das equipes profissionais com formação em Agronomia e Medicina Veterinária (no mínimo um Engenheiro Agrônomo e um Médico Veterinário por lote).

a.4)Para cada região, conforme anexo I, deverá compor a equipe técnica, no mínimo, um Técnico de nível superior com formação em Agronomia, Medicina Veterinária ou Zootecnia.

a.5)Os técnicos de nível médio das equipes deverão possuir formação em um dos seguintes cursos: técnico agrícola, técnico em agricultura, técnico em agroecologia, técnico em agronegócio, técnico em agropecuária ou técnico em zootecnia.

a.6)A relação máxima de técnicos por produtor assistido será de 60 (sessenta médios produtores): 1 (um técnico).

a.7)As propostas de projetos de Ater deverão apresentar o quantitativo da equipes por região/lote, com especificação da formação profissional e perfil, observando os subitens acima.

4.5 - Dos aspectos formais das propostas: as propostas deverão conter os seguintes elementos obrigatórios previstos no art. 19 da Portaria Interministerial 507, de 2011:

a) descrição do objeto a ser executado;

b) justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos e diretrizes do programa federal e a indicação do público alvo, do problema a ser resolvido e dos resultados esperados;

c) informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto, inclusive infraestrutura e equipe de coordenação disponível para o projeto;

d) previsão de prazo para a execução em cronograma físico com metas e etapas necessárias à realização do objeto, inclusive com prazos e valores articulados ao cronograma de desembolso;